

Ministérios têm 2 dias para checar cortes

BRASÍLIA — O Ministério do Planejamento estabeleceu um prazo de menos de quatro dias, a contar de ontem, para que todos os ministérios, órgãos e instituições incluídos no Orçamento Geral da União analisem e devolvam a proposta orçamentária para o próximo ano, que prevê, em termos globais, corte superiores a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Os técnicos responsáveis pela área orçamentária das diversas unidades do Governo receberam ontem da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento as propostas específicas do orçamento que lhes cabe no próximo ano, com o compromisso de devolvê-las até o prazo máximo da próxima terça-feira, às 15 horas.

— Os ministérios terão de obedecer às prioridades e aos tetos estabelecidos pelo Planejamento — afirmou o Secretário da SOF, José Ribas Neto.

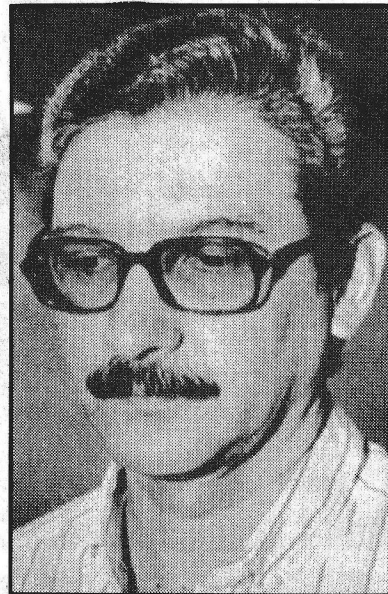
Os ministérios não podem contestar, como confirmou Ribas Neto, a extinção de projetos ou programas decorrentes da chamada Operação Desmonte, que busca adequar o Orçamento da União à reforma tributária aprovada pela Constituinte. O Ministério do Planejamento está disposto a examinar sugestões de mudanças nas prioridades fixadas pela proposta orçamentária para cada ministério, mas se reserva o direito, segundo Ribas Neto, de recusar as mudanças apresentadas se forem verificadas distorções em relação ao objetivos a serem cumpridos.

Somente essa evasão de receita em favor dos Estados e Municípios equivale a 1% do PIB, o que significa, a preços de junho último, cerca de CZ\$ 600 bilhões levando-se em conta uma estimativa do produto naquela época da ordem de CZ\$ 60 trilhões. Até o final deste ano, o PIB deve alcançar, segundo estimativas oficiais, cerca de CZ\$ 82 trilhões, o que ajustará pa-

ra o equivalente a CZ\$ 820 bilhões os cortes determinados no orçamento por conta da reforma tributária.

A proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional até o próximo dia 31 apresenta ainda como novidade a instituição de uma reserva de recursos formada com as verbas a serem repassadas a Estados e Municípios com a entrada em vigor da nova Constituição.

Cerca de sessenta técnicos da Secretaria estiveram de plantão durante todo o dia de ontem, para esclarecer dúvidas dos responsáveis pela administração do orçamento de cada ministério sobre os critérios utilizados para a montagem da proposta orçamentária. Até o final da tarde, praticamente todas as unidades da União, desde ministérios até os tribunais de Justiça, passando pela Câmara e o Senado Federal, já tinham recebido as listagens de computador com as suas contas para 1989.



Neto: prazo final é na terça-feira

Habitação terá que cortar mais de 50% do orçamento

BRASÍLIA — Um dos mais atingidos pelos cortes previstos na proposta orçamentária entregue ontem aos técnicos do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), o Ministro Prisco Viana tentará uma negociação política para reduzir os efeitos dos cortes na sua pasta. Prisco, que terá seu orçamento reduzido em mais de 50% (aproximadamente CZ\$ 70 bilhões) com o corte total das verbas a fundo perdido determinado pela SOF, tentará contra argumentar junto ao Presidente José Sarney no início desta semana.

Com a redução das verbas a fundo perdido, o MHU terá que suspender todos os projetos na área de habitação popular, saneamento básico e transportes urbanos. Na área de habitação popular, Prisco terá que suspender projeto que previa a construção de 244 mil casas no próximo ano. Segundo fontes do MHU, sobraria ao ministério uma receita líquida de CZ\$ 38 bilhões, que teria de ser destinada praticamente de forma integral para o pagamento de financiamentos externos contrai- dos junto ao Banco Mundial (Bird).